

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado e do resultado Abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	759,05	1.275.843,65
Crédito de Subvenção	5	20.624.940,74	10.686.865,19
Outros créditos	6	175.034,04	157.524,31
Estoque	7	-	321.075,57
NÃO CIRCULANTE			
Direito com pessoas ligadas L.P.	8	2.357,74	-
TOTAL DO ATIVO		20.803.091,57	12.441.308,72
ATIVO COMPENSADO			
Subvenções Governamentais	5	26.659.086,96	28.545.300,97
Bens Recebidos em Comodato	9.a	-	2.139,00
Bens Adquiridos Cont. Gestão	9.b	-	2.824.534,91
Bens em Comodato outras Empresas	9.c	-	45.686,97
TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO		47.462.178,53	43.858.970,57
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.505.519,58	7.900.997,42
Obrigações tributárias	11.a	1.322.933,75	651.216,95
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	1.603.878,25	2.465.160,08
Provisões trabalhistas e encargos	13	156.791,70	805.542,48
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações com pessoas ligadas L.P.	14	1.245.634,51	582.761,21
Obrigações tributárias L.P.	11.b	1.033.183,28	35.630,58
Provisões Cíveis e Trabalhistas	15	8.935.150,50	-
TOTAL DO PASSIVO		20.803.091,57	12.441.308,72
PASSIVO COMPENSADO			
Subvenções Governamentais	5	26.659.086,96	28.545.300,97
Bens Recebidos em Comodato	9.a	-	2.139,00
Bens Adquiridos Cont. Gestão	9.b	-	2.824.534,91
Bens em Comodato outras Empresas	9.c	-	45.686,97
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO COMPENSADO		47.462.178,53	43.858.970,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

SERVIO TULIO PESSOA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
C.P.F. 412.155.751-49

RESPONSÁVEL TÉCNICO

DESTRA INTELIGENCIA CONTABIL LTDA
C.N.P.J. 12.394.795/0001-49
ROSANA RIBEIRO DA SILVA
Contadora
C.R.C. GO-14844/O

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Nota	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com Restrição - atividade de saúde	16	12.007.610,45	27.288.320,59
Programa atividade de saúde		12.007.610,45	27.287.518,30
Receitas Diversas atividades de saúde		-	802,29
CUSTOS COM PROGRAMAS			
Com Restrição - atividade de saúde.	17	(2.259.124,45)	(21.703.763,13)
Custo com Servidores Cedido	17.a	-	(88.966,45)
Custo com Pessoal Próprio	17.b	(953.560,53)	(6.746.269,36)
Custo Gerais Operacionais	17.c	(164.217,02)	(3.926.729,18)
Custo Serviços	17.d	(1.141.346,90)	(10.460.482,50)
Custo de Bens adquiridos CG	17.e	-	(481.315,64)
SUPERÁVIT BRUTO		9.748.486,00	5.584.557,46
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Restrição - atividade de saúde	18	(9.342.598,88)	(5.323.831,80)
Despesas administrativas	18.a	(353.310,63)	(2.107.380,06)
Despesa com Pessoal Próprio	18.a	(353.310,63)	(2.107.380,06)
Serviços contratados	18.b	(31.957,00)	(2.360.223,56)
Gerais e administrativas	18.c	(2.433,41)	(854.115,21)
Despesas Tributárias	18.d	(16.909,88)	(2.112,97)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	18.e	(8.935.150,50)	-
Ações Cíveis e Trabalhistas	18.f	(2.837,46)	-
RESULTADO ANTES DAS REC.E DESP. FINANC.		405.887,12	260.725,66
RESULTADO FINANCEIRO - Com Restrição - Atividades de saúde	19	(405.887,12)	260.725,66
Receitas Financeiras		78,15	15.543,57
Despesas Financeiras		(405.965,27)	(276.269,23)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		0,00	0,00

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

SERVIO TULIO PESSOA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
C.P.F. 412.155.751-49

RESPONSÁVEL TÉCNICO

DESTRA INTELIGENCIA CONTABIL LTDA
C.N.P.J. 12.394.795/0001-49
ROSANA RIBEIRO DA SILVA
Contadora
C.R.C. GO-14844/O

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 01/01/2020	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2020	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2021	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRESIDENTE

SERVIO TULIO PESSOA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
C.P.F. 412.155.751-49

RESPONSÁVEL TÉCNICO

DESTRA INTELIGENCIA CONTABIL LTDA
C.N.P.J. 12.394.795/0001-49
ROSANA RIBEIRO DA SILVA
Contadora
C.R.C. GO-14844/O

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Superávit (Déficit) do Período	0,00	0,00
Ajustes por:		
(+) Provisões	8.935.150,50	0,00
Aumento (Diminuição) nos Ativos		
Contas a receber	(9.938.075,55)	(10.416.263,02)
Outros créditos	(19.867,47)	(10.547,63)
Estoques	321.075,57	(54.136,52)
Aumento (Diminuição) nos Passivos		
Fornecedores	(1.395.477,84)	7.001.833,38
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(861.281,83)	1.920.720,76
Obrigações tributárias	1.669.269,50	571.217,54
Provisões trabalhistas e encargos	(648.750,78)	304.302,04
Obrigações Longo Prazo	662.873,30	618.391,79
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(1.275.084,60)	(64.481,66)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00	0,00
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.275.084,60)	(64.481,66)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.275.843,65	1.340.325,31
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	759,05	1.275.843,65
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.275.084,60)	(64.481,66)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

RESPONSÁVEL TÉCNICO

SERVIO TULIO PESSOA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
C.P.F. 412.155.751-49

DESTRA INTELIGENCIA CONTABIL LTDA
C.N.P.J. 12.394.795/0001-49
ROSANA RIBEIRO DA SILVA
Contadora
C.R.C. GO-14844/O

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA

CNPJ: 18.972.378/0006-27

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 08 de setembro de 2013 com sede e foro em Goiânia, Goiás, tem por finalidade básica a promoção de ações de atenção à saúde, atuando como organização social, com compromisso de desenvolver projetos inclusivos de relevância, que privilegiem o ser humano, sua coparticipação, sua ética e dignidade, por meio de ações sociais, educacionais, tecnológicas e práticas de gestão, contribuindo com construção de uma sociedade justa, fraterna, participativa e solidária.

Recentemente o Governo de Estado de Goiás, mais especificamente a SES-GO - Secretária de Estado da Saúde de Goiás, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo-os a qualidade na assistência em suas Unidades, aderiu ao modelo de parceria na Gestão da saúde, atribuindo esta função às Organizações Sociais – OS.

Com isso o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH foi selecionado através de um processo de Chamamento Público e vinculado ao contrato de Gestão nº 116/2017/SES/GO, passou a gerir o Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA, localizado no município de Jaraguá-Goiás, que atende a população local, população flutuante composta por municípios circunvizinhos. A Unidade oferece especialidades médicas nas áreas de Clínica Médica, Ginecologia, Obstetrícia, Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Cirurgia Geral, além de contar com profissionais técnicos como: Enfermeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais, cuja conclusão foi aprovada em Reunião da Diretoria, abrangem apenas as operações do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, vinculadas ao contrato de gestão nº 116/2017/SES/GO do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”), que no caso do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH Gestor do HEJA é o Real (“BRL” ou “R\$”). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo

imobilizado, quando existentes, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, além de valores de ressarcimentos de verbas rescisórias trabalhistas e subvenções governamentais a receber.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas após a conclusão dos acordos entre o IBGH e SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017/SES/GO e seus respectivos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados basicamente por fornecedores de materiais e de serviços, impostos e contribuições, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e do intangível, quando existentes, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas quando aplicável.

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, por meio do contrato de gestão nº 116/2017/SES/GO do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato de gestão, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível, conforme o novo entendimento contábil. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, deverão ser registrados em contas de controle “contas de compensação”. Em 26 de janeiro de 2021 houve a paralização do contrato de gestão culminando na devolução dos bens cedidos, adquiridos com recursos do contrato de gestão e recebidos em comodatos para a SES-GO.

(b) Depreciação/Amortização

As depreciações/amortização são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Contudo, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não se aplica aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e aos bens cedidos pela SES-GO, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH Gestor do HEJA, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (“IMPAIRMENT”)

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado na nota 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Para o exercício de 2021, não foram identificados indícios de perdas para os valores registrados no ativo imobilizado.

3.4 ESTOQUES

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). Em 26 de janeiro de 2021 houve a paralização do contrato de gestão culminando na devolução dos itens constantes no estoque para a SES-GO.

3.5 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes, quando existentes, são provisionados em detrimento de normas contábeis e de acordo com entendimento do departamento jurídico. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, estes são divulgados em Nota explicativa específica, conforme avaliação por parte do corpo jurídico da entidade.

3.6 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.7 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Instituto reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.8 APURAÇÃO DO RESULTADO

O Superávit e/ou Déficit são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado.

3.9 TRIBUTAÇÃO

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total de caixa e equivalentes de caixa, com restrições, era composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Bancos	759,03	1.275.244,93
Caixa Fundo Fixo	-	582,77
Aplicações financeiras (a)	0,02	15,95
TOTAL	759,05	1.275.843,65

(a) as aplicações financeiras referem-se substancialmente as contas de cadernetas de poupança no banco Caixa Econômica remunerada a taxa de mercado. Esse saldo consiste em valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante na mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Entretanto, o IBGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

5. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER

i) - Subvenções governamentais a receber

O montante de subvenções governamentais a receber é proveniente do Contrato de Gestão 116/2017–SES/GO IBHG-HEJA está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2020	16.670.260,29	15.425,40	481.315,64	920,46	-200.994,99	26.822.548,52	-10.621.148,74	18.779.010,00	6.514.119,67	27.169.341,70	28.545.400,97	17.924.252,23
2021	1.886.314,01	78,14	-	0,01	-183.220,89	12.007.688,60	-20.559.224,29	22.031.281,30	26.659.086,96	-	26.659.086,96	6.099.862,67

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

Atendido os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, a subvenção, à medida da sua realização, foi reconhecida no resultado como receita. Durante o ano de 2021, a soma dos valores repassados pela SES-GO foi inferior ao valor das despesas. Desta forma, a Entidade registra essas diferenças em direitos a receber, no ativo circulante.

Conforme descrito na coluna “Saldo Acumulado de Subvenção a Receber” e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 26,659 milhões até a conclusão definitiva do 2º termo aditivo do contrato. Este montante está sendo controlado em contas de Ativo e Passivo Compensado.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)” no valor de R\$ 20,559 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas após o encerramento das negociações entre o IBGH e a SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)” a Entidade possui o saldo de R\$ 6,099 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

ii) Ressarcimento com verbas rescisórias trabalhistas

No valor de R\$ 65,716 mil refere-se a valores de verbas rescisórias trabalhistas reconhecidas até 31 de dezembro de 2019, as quais não são afetadas pelo item 7.2.4 da cláusula 7º do 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, o qual prevê que o parceiro público não se responsabiliza de nenhuma forma, por rescisões trabalhistas e ações judiciais decorrentes das contratações realizadas pelo parceiro privado, durante a vigência do contrato de gestão.

6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
IRRF s/ salários a recuperar	-	-
Imposto e contribuições a recuperar (b)	142.425,56	142.026,92
Juros s/pagto a maior ou indevido a recuperar	-	-
Adiantamento a fornecedores (a)	15.170,53	13.370,53
Adiantamento a empregados (c)	17.437,95	-
Despesas Antecipadas	-	2.126,86
TOTAL	175.034,04	157.524,31

- a) Refere-se ao saldo final dos pagamentos efetuados a fornecedores a título de adiantamento durante o exercício de 2021.
- b) Refere-se ao saldo de pagamento de impostos e contribuições retidos a maior com atualização monetária.
- c) Refere-se a adiantamentos de salários efetuado para colaboradores durante o exercício de 2021.

7. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2020, os estoques estavam assim compostos e estavam apresentados pelo valor de custo médio de aquisição. Em 2021, os estoques foram devolvidos à SES-GO conforme descrito no item 3.4.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Medicamentos	-	229.231,24
Correlatos	-	63.483,51
Fios Cirúrgicos	-	-
Material de Uso e Consumo	-	18.071,70
Material de Escritório	-	6.918,74
Gêneros alimentícios	-	3.370,38
TOTAL	-	321.075,57

8. ATIVO REALIZÁVEL LONGO PRAZO
Obrigações com pessoas ligadas

DESCRIÇÃO	2021	2020
FL 07	2.357,74	-
TOTAL	2.357,74	-

9. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se também aos bens patrimoniais cedidos pela SES-GO e os adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 116/2017, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos.

8a - BENS CEDIDOS	2020		2021	
	Discriminação	Custo	Baixas	Custo
Computadores e Periféricos	230,00	-	230,00	-
Máquinas e Equipamentos	1.620,00	-	1.620,00	-

Móveis e Utensílios	289,00	-	289,00	-
TOTAL	2.139,00	-	2.139,00	0,00

Os bens detalhados acima, foram cedidos pela SES-GO ao Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH em comodato, para serem utilizados na prestação de serviço, nas dependências do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA. Contudo, com a suspensão do contrato, os referidos bens foram devolvidos à SES-GO.

8b - BENS ADQUIRIDOS	2020		2021	
Discriminação	Custo	Baixas	Custo	
Computadores e Periféricos	540.158,35	-	540.158,35	-
Máquinas e Equipamentos	32.319,74	-	32.319,74	-
Móveis e Utensílios	646.538,51	-	646.538,51	-
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.465.250,81	-	1.465.250,81	-
Veículos	140.267,50	-	140.267,50	-
TOTAL	2.824.534,91	-	2.824.534,91	0,00

Os bens detalhados acima, foram adquiridos pelo Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, com recursos do contrato de gestão, para serem utilizados na prestação de serviço, nas dependências do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA. Contudo, com a suspensão do contrato, os referidos bens foram devolvidos à SES-GO .

8c - BENS EM COMODATO OUTRAS EMPRESAS	2020		2021	
Discriminação	Custo	Baixas	Custo	
Comodato de terceiros	45.686,97	-	45.686,97	-
TOTAL	45.686,97	-	45.686,97	0,00

10. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2021	2020
Fornecedores de serviços (b)	-	7.023.012,92
Fornecedores de materiais (a)	-	667.092,50
Fornecedores a pagar (c)	6.505.519,58	-
Contas a pagar	-	210.892,00
TOTAL	6.505.519,58	7.900.997,42

- (a) Em 2020 os fornecedores de materiais são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar e outros insumos, necessários a atividade operacional da unidade.
- (b) Em 2020 os fornecedores de serviços são decorrentes da contratação de prestadores de serviços externos para executar atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao contrato de gestão 116/2017 IBGH-HEJA e seus aditivos.
- (c) Em 2021, todos os fornecedores estão dentro de um único grupo, tendo em vista que, todas os custos e/ou despesas estão classificados nas contas de resultado.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

11.a – Obrigações Tributárias – Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2021	2020
INSS Retido S/ NF a recolher	310.995,07	284.150,29
PIS/COFINS/CSLL COD 5952 a recolher	539.326,15	159.186,97
IRRF s/ salários a recolher	109.272,49	101.480,33

DESCRIÇÃO	2021	2020
IRRF COD 1708 a recolher	95.755,40	97.289,24
IRRF s/ RPA	889,41	825,54
ISS sob RPA	-	-
ISS retido a recolher	9.532,90	8.284,58
PARCELAMENTO INSS 641058594	180.883,04	-
PARCELAMENTO INSS 641059000	19.816,78	-
PARCELAMENTO INSS 641059108	32.944,67	-
PARC 10120-407.821/21-01 - PIS - COMP11 E 12/2020	1.665,34	-
PARC 10120-403.373/2020-88 - IRRF - COMP 05 E 06 DE 2	3.966,20	-
PARC 10120-403.373/2020-88 - CRF - COMP 05 E 06 DE 20	5.797,17	-
PARC 10120-407.821/21-01 - IRRF - COMP 11 E 12/2020	9.341,12	-
PARC 10120-410361/2021-91 - CSRF - COMP 07/2021	2.748,01	-
TOTAL	1.322.933,75	651.216,95

11.b – Obrigações Tributárias – Longo Prazo

DESCRIÇÃO	2021	2020
PARCELAMENTO INSS 641058594	708.458,58	-
PARCELAMENTO INSS 641059000	77.615,73	-
PARCELAMENTO INSS 641059108	129.033,28	-
PARC 10120-403.373/2020-88 - IRRF - COMP 05 E 06 DE 2	10.246,06	-
PARC 10120-403.373/2020-88 - CRF - COMP 05 E 06 DE 20	14.975,91	-
PARC 10120-407.821/21-01 - IRRF - COMP11 E 12/2020	70.058,57	-
PARC 10120-407.821/21-01 - PIS - COMP11 E 12/2020	12.490,14	-
PARC 10120-410361/2021-91 - CSRF - COMP 07/2021	10.305,01	-
RFB - PARCEL. DEMAIS DEBITOS (NAO PREVID.) (401) LP	-	35.630,58
TOTAL	1.033.183,28	688.867,53

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	2021	2020
INSS a recolher	5.740,94	1.447.936,71
Salários e ordenados a pagar	46.114,34	433.677,97
Atualização de verbas trabalhistas	133.589,00	-
Rescisão a pagar	1.266.569,96	32.706,65
13º salários a pagar	-	258.327,58
FGTS a recolher	99.522,80	193.447,48
RPA a Pagar	15.966,56	25.885,14
Férias a pagar	-	20.969,57
PIS s/ folha a recolher	36.374,65	42.043,27
Pensão Alimentícia	-	396,54
Outras obrigações (Parcel. Ñ PREVID.)	-	9.769,17
TOTAL	1.603.878,25	2.465.160,08

13. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
Provisão de Férias	80.533,10	805.542,48
Provisão INSS sob Férias	20.536,01	-
Provisão FGTS sob Férias	6.442,48	-
Provisão PIS sob Férias	805,38	-
Provisão de 13º	36.040,75	-
Provisão INSS sob 13º	9.190,41	-
Provisão FGTS sob 13º	2.883,18	-
Provisão PIS sob 13º	360,39	-
TOTAL	156.791,70	805.542,48

Com a rescisão do contrato de prestação de serviços, todos os colaboradores foram rescindidos, com exceção dos colaboradores afastados por motivos de doença-

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2021	2020
MATRIZ	82.761,21	82.761,21
FL 02	500.000,00	500.000,00
MATRIZ	240.029,40	-
FL 02	256.192,03	-
FL 09	130.301,96	-
FL 14	36.349,91	-
Total	1.245.634,51	582.761,21

Refere-se a transações entre partes relacionadas.

15. PROVISÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2021	2020
PROVISÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS	6.303.583,50	-
PROVISÕES JUDICIAIS CÍVEIS	2.631.567,00	-
	8.935.150,50	-

Refere-se às informações repassadas pelos advogados, sendo R\$ 6.303.583,50 de processos trabalhistas e R\$ 2.631.567,00 de processos cíveis, considerados como de prováveis perdas e não foram identificados processos considerados como de possível perda.

16. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE

	2021	2020
Programa atividades de saúde (a)	12.007.610,45	27.287.518,30
Doações recebidas	-	44,00
Outras receitas atividade de saúde	-	758,29
	12.007.610,45	27.288.320,59

- a) As receitas de subvenções são realizadas em razão da execução do contrato de gestão nº 116/2017, firmado com a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, sendo o valor de R\$ 12.007.610,45 a título de subvenção para custeio-

17. CUSTOS COM RESTRIÇÃO - ATIVIDADE DE SAÚDE**17a - CUSTOS DE SERVIDORES CEDIDOS**

	2021	2020
Custos com Servidores Cedidos	-	88.966,45
	-	88.966,45

17b - CUSTOS DE PESSOAL

	2021	2020
Custos com Pessoal próprio	731.525,01	4.082.949,87
Custos com Encargos sociais	127.622,35	1.623.166,11
Custos com Provisão Férias e encargos	54.669,08	593.017,88
Custos com Provisão 13º Salários e encargos	39.744,09	447.135,50
	953.560,53	6.746.269,36

17c - CUSTO GERAIS OPERACIONAIS

	2021	2020
Materiais consumidos	-	749.613,59
Medicamentos e correlatos	86.234,29	1.456.898,02
Copa cozinha (alimentação) / Gêneros Alimentícios	-	550.930,81
Manutenção de instalações, equipamentos e veículos	-	848.370,76
Locação de equipamentos e outros	1.079,28	261.081,61
Combustíveis e lubrificantes	-	59.834,39
Limpeza / Conservação / Dedetização	15.448,32	-
Outros custos operacionais	61.455,13	-
	164.217,02	3.926.729,18

17d - CUSTOS SERVIÇOS

	2021	2020
Serviços Médicos e Exames Laboratoriais	1.141.346,90	9.442.531,84
Serviços de limpeza/vigilância e segurança	-	173.459,73
Energia, água e telefonia	-	214.537,92
Serviços de consultoria técnica	-	111.266,67
Outros serviços	-	518.686,34
	1.141.346,90	10.460.482,50

17e - CUSTOS DE BENS ADQUIRIDOS

	2021	2020
Custo com Aquisição de bens	-	481.315,64
	-	481.315,64

18. DESPESAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE**18a - DESPESAS DE PESSOAL**

	2021	2020
Despesas com Pessoal próprio	230.314,70	1.363.154,34
Despesas com Encargos sociais	34.712,24	405.669,49
Provisão Férias e encargos	71.427,80	192.525,06
Provisão 13º Salários e encargos	16.855,89	146.031,17
	353.310,63	2.107.380,06

18b - DESPESAS DE SERVIÇOS	2021	2020
Serviços de tecnologia da informação	-	947.084,14
Serviços de cursos e treinamentos	-	25.936,00
Serviços de apoio administrativos	-	570.734,40
Serviços de contabilidade	19.482,00	183.712,70
Serviços advocatícios	10.000,00	113.666,66
Serviços de consultoria	-	199.391,34
Locação de equipamentos e outras	-	221.454,79
Serviços de comunicação	-	55.156,66
Serviços de auditoria	2.475,00	24.261,93
Serviços diversos	-	18.824,94
Serviços de segurança e vigilância / Limpeza	-	-
	31.957,00	2.360.223,56

18c - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2021	2020
Despesas administrativas com executora	-	602.085,57
Material de expediente	-	27.010,61
Energia, água e telefonia	174,70	3.604,09
Publicações e periódicos	-	32.532,45
Emolumentos cartoriais e judiciais	-	6.543,90
Despesas diversas	2.247,96	10.443,22
Diárias, viagens e estadias	10,75	6.416,90
Lanches e refeições	-	165.478,47
Total Despesas Institucionais	2.433,41	854.115,21

18d - DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2021	2020
Taxas federais, estaduais e municipais	16.909,88	2.112,97
	16.909,88	2.112,97

18e – PROVISÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS	2021	2020
Provisões judiciais trabalhistas	6.303.583,50	-
Provisões judiciais cíveis	2.631.567,00	-
	8.935.150,50	-

18f - AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS	2021	2020
Ação cível	2.837,46	-
	2.837,46	-

19 - RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2021	2020
Receita financeira	-	-
Rendimento de aplicação	78,14	15.425,40
Descontos Obtidos	0,01	118,17
	78,15	15.543,57

Despesas Financeiras	2021	2020
Despesas financeiras	-	-
Encargos Financeiros / juros e multas	(403.623,64)	(265.460,34)
Despesas bancárias	(2.341,63)	(10.808,89)
	(405.965,27)	(276.269,23)

Resultado Financeiro**(405.887,12)****(260.725,66)****20 – CONTINGÊNCIAS**

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, não foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda, conforme descrito no item 15.

21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 333/2021 – GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás nesta data, suspendeu o Contrato de Gestão nº 116/2021/SES/GO. No qual, no ano de 2022, as tratativas continuam junto à SES-GO com intuito de chegarem a um acordo.

Em detrimento de decisões judiciais, houve diversas mudanças de Diretorias no Instituto, inclusive culminando com a saída do presidente, à época, Sr. Eliude Bento da Silva, além de outros que passaram pelo cargo, sendo o atual presidente, o Sr. Sérgio Túlio Pessoa de Oliveira.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia, 06 de junho de 2022.

PRESIDENTE

RESPONSÁVEL TÉCNICO

SERVIO TULIO PESSOA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
C.P.F. 412.155.751-49

DESTRA INTELIGENCIA CONTABIL LTDA
C.N.P.J. 12.394.795/0001-49
ROSANA RIBEIRO DA SILVA
Contadora
C.R.C. GO-14844/O



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros do
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH
GESTOR DO HOSPITAL ESTADUAL SANDINO DE AMORIM – HEJA
Jaraguá – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa “06. – Outros Créditos”, especificamente em seu subitem b “Impostos e Contribuições a Recuperar”, não conseguimos compor os valores deste grupo. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “14 – Outras Obrigações”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no contrato de gestão 116/2017 e aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Crédito de Subvenção a Receber e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a Receber, proveniente da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO, está correlacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 20,559 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão de nº 116/2017, firmado entre a SES-GO - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH – Gestor do HEJA, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Estadual Sandino de Amorim - HEJA, ainda carece da contrapartida de subvenção para os valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), e que deverá ser recebida após o encerramento das negociações entre o IBGH e a SES-GO, incluindo, ainda, o valor de R\$ 65,7 mil proveniente de reembolso com rescisões trabalhistas, conforme também previsto no Contrato de Gestão.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 12,007 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES-GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção, em confronto com as despesas/custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “Subvenções Governamentais a receber” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, e de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Ênfase

Continuidade das operações e Suspensão do Contrato de Gestão

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão n° 116/2017 e aditivos. Contudo, em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho n° 333/2021– GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás, naquela data, suspendeu o Contrato de Gestão n° 116/2017/SES/GO. Neste sentido, informamos sobre a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, uma vez que a unidade já se encontra sendo gerida por outra Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

A suspensão do Contrato de Gestão n.º 116/2017 pelo Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho n° 333/2021– GAB, culminou na devolução de todos os itens que compunham o estoque e de todos os bens cedidos pela SES-GO e dos demais bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão n.º 116/2017 e seus aditivos. Portanto, o estoque e os bens (cedidos e adquiridos com recursos do contrato de gestão) foram integralmente baixados contabilmente em 26 de janeiro de 2021. Contudo, não houve presença desta auditoria durante a transição/devolução da unidade hospitalar à SES-GO. Neste sentido, não pudemos validar a composição dos estoques baixados, tão pouco, realizar testes de auditoria dos itens do imobilizado que estavam sob a guarda do Instituto, fato este que pode ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação em 07 de fevereiro de 2022.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance



planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Jaraguá – GO, 30 de junho de 2022.

WORK7 AUDITORES
INDEPENDENTES
SS:11689939000121
Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

Assinado de forma digital por
WORK7 AUDITORES
INDEPENDENTES
SS:11689939000121
Dados: 2022.06.30 19:01:08 -03'00'

JOSE RICARDO
XAVIER:87186705
120
José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

Assinado de forma digital por
JOSE RICARDO
XAVIER:87186705120
Dados: 2022.06.30 18:36:15
-03'00'

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros do
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH
GESTOR DO HOSPITAL ESTADUAL SANDINO DE AMORIM – HEJA
Jaraguá – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa “06. – Outros Créditos”, especificamente em seu subitem b “Impostos e Contribuições a Recuperar”, não conseguimos compor os valores deste grupo. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “14 – Outras Obrigações”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no contrato de gestão 116/2017 e aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ **Crédito de Subvenção a Receber e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a Receber, proveniente da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO, está correlacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 20,559 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão de nº 116/2017, firmado entre a **SES-GO** - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH – Gestor do HEJA**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Estadual Sandino de Amorim - HEJA, ainda carece da contrapartida de subvenção para os valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), e que deverá ser recebida após o encerramento das negociações entre o IBGH e a SES-GO, incluindo, ainda, o valor de R\$ 65,7 mil proveniente de reembolso com rescisões trabalhistas, conforme também previsto no Contrato de Gestão.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 12,007 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES-GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção, em confronto com as despesas/custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “Subvenções Governamentais a receber” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, e de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Ênfase

Continuidade das operações e Suspensão do Contrato de Gestão

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017 e aditivos. Contudo, em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 333/2021– GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás, naquela data, suspendeu o Contrato de Gestão nº 116/2017/SES-GO. Neste sentido, informamos sobre a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, uma vez que a unidade já se encontra sendo gerida por outra Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

A suspensão do Contrato de Gestão n.º 116/2017 pelo Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 333/2021– GAB, culminou na devolução de todos os itens que compunham o estoque e de todos os bens cedidos pela SES-GO e dos demais bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão n.º 116/2017 e seus aditivos. Portanto, o estoque e os bens (cedidos e adquiridos com recursos do contrato de gestão) foram integralmente baixados contabilmente em 26 de janeiro de 2021. Contudo, não houve presença desta auditoria durante a transição/devolução da unidade hospitalar à SES-GO. Neste sentido, não pudemos validar a composição dos estoques baixados, tão pouco, realizar testes de auditoria dos itens do imobilizado que estavam sob a guarda do Instituto, fato este que pode ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação em 07 de fevereiro de 2022.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance

planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Jaraguá – GO, 30 de junho de 2022.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424